

D' NO TRABALHO

Para fazer luz nos teus direitos



BOLETIM INFORMATIVO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

Ano 4 - n.º 1 - Janeiro/Março 2009 - 1 EURO

NESTE BOLETIM

- **ANDST E CGTP REUNEM**

Página 1

- **GOVERNO PERSISTE NA RETIRADA DE DIREITOS ÀS VÍTIMAS DO TRABALHO**

- **FORUM EUROPEU DA DEFICIÊNCIA**

Página 2

- **ENTREVISTA SINISTRALIDADE: REDUÇÃO DEVE-SE À CRISE E FALÊNCIA**

Página 3

- **A CONSULTA DE PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOTERAPIA**

- **ENTREVISTA (cont.)**

Página 4

- **ESCARPIADAS E O ALMOÇO/CONVÍVIO**

Página 5

- **PREVENÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO**

- **ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES**

Página 6

- **CAPTAÇÃO DE VOLUNTARIADO**

Página 7

- **CARTA AO SEGURO**

- **CONVÍVIO (cont.)**

Página 8



A.N.D.S.T. e C.G.T.P./IN

REÚNEM PARA DISCUTIR A SINISTRALIDADE NO TRABALHO

No passado dia 16 de Dezembro, representantes da ANDST reuniram, em Lisboa, com o Dr. Carvalho da Silva, Coordenador da CGTP, que estava acompanhado pela responsável pelos assuntos sociais Maria do Carmo Tavares. Nesta reunião, o presidente da ANDST, manifestou a preocupação pelo manifesto retrocesso social que se tem vindo a verificar no nosso país, em especial quanto aos direitos das pessoas vitimadas por acidente de trabalho ou doença profissional, a ausência de políticas de prevenção dos riscos profissionais, e na necessidade de unir esforços sociais e políticos que conduzam a políticas de justiça e respeito pelos direitos humanos. Os representantes da central sindical, reconheceram a necessidade de alterar as políticas sociais, melhorando as indemnizações e pensões, a recuperação, a reabilitação, a formação e a reintegração profissional, dos deficientes e a implementação de políticas de combate efectivo à sinistralidade no trabalho.

Os representantes da ANDST e da CGTP acordaram no reforço de cooperação entre as duas organizações, tendo sido ainda acordado que, durante o ano de 2009, se realizaria uma iniciativa conjunta, (debate nacional) sobre a sinistralidade no trabalho e as suas implicações, nos trabalhadores e suas famílias, nas empresas e na economia nacional.

UM  NA PREVENÇÃO, OUTRO  NOS DIREITOS!!

NOTA À IMPRENSA 01/2009

GOVERNO PERSISTE NA RETIRADA DE DIREITOS ÀS VÍTIMAS DO TRABALHO

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, tomou conhecimento, através da comunicação social (Jornal Público de 19 de Janeiro) da intenção do Governo (cedendo uma vez mais aos interesses do Lobby dos seguros) retirar (hoje uma parte, amanhã todos) os acidentes de trabalho da protecção do Ministério Público, dando carta branca às seguradoras para negociar com os sinistrados o valor das indemnizações e pensões devidas por acidente de trabalho. Sabendo-se como se sabe, que os seguros tem poderosos meios e os trabalhadores enormes fragilidades, facilmente se conclui que a parte mais fraca, sairá deste negocio (para as seguradoras isto não passa de negocio) fortemente penalizada. Estamos a falar da garantia de direitos de muitas dezenas de milhar de sinistrados.

Nos acidentes de trabalho, não está em causa apenas o valor a pagar pela indemnização da incapacidade permanente, estão em causa vários outros direitos fundamentais, entre os quais se destaca a assistência médica; os medicamentos; ajudas técnicas; direito de revisão da incapacidade etc. que seguramente não vão ser respeitados.

A ser concretizado mais este retrocesso nos direitos dos sinistrados, depois da assinatura do acordo, quando se verificar, mais tarde, um agravamento das lesões e da incapacidade, a quem recorrerá o sinistrado? E nos casos em que a retribuição do trabalhador não está, como muitas vezes acontece, totalmente participada à seguradora, quem responderá pela diferença?, E nos casos, como muitas vezes acontece também, em que a seguradora entende que o sinistrado não

tem incapacidade permanente susceptível de ser indemnizada, a quem recorre o sinistrado? E ainda nos casos em que o acidente foi causado por violação das regras de segurança por parte da entidade patronal, quem responde pelos danos previstos na lei?

O sinistrado, em regra, não conhece a legislação, nem as fórmulas de calculo das indemnizações e das pensões, e encontra no Ministério Público a protecção a que tem direito e lhe é devida. Sem protecção dos Tribunais, é legítimo falar-se em justiça?

Retirar os acidentes de trabalho da protecção dos Tribunais, é entregar o redil ao lobo.

A ANDST é uma instituição de utilidade pública, representa muitos milhares de sinistrados no trabalho, é membro da Concelho Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, não foi, nem tem sido ouvida. O Governo, uma vez mais, ignora o seu dever de dialogar com a sociedade civil.

A ANDST espera que o Governo reconheça a insensatez desta proposta, e abandone as suas intenções, no entanto, se persistir em concretizar mais uma maldade aos sinistrados, recorreremos no sentido da sua inconstitucionalidade, sem deixar de a denunciar às instancias Nacionais e Internacionais.

Porto, 22 de Janeiro de 2009.

Pela Direcção Nacional, o Presidente
Luis Machado

FORUM EUROPEU DA DEFICIÊNCIA

Declaração do F.E.D. acerca da crise económica.

As pessoas com deficiência não devem pagar a crise.

Paris, 16 de Novembro de 2008 – O FED – Fórum Europeu da Deficiência, que é a voz de mais de 50 milhões de deficientes Europeus, solicita ao Conselho Europeu, à Comissão, ao Parlamento e a outras instituições Europeias e a todos os Governos da Europa, que assegurem que as pessoas com deficiência e as suas famílias não sejam prejudicadas pela crise económica mundial, através de reduções nos seus rendimentos, benefícios, oportunidades de emprego, ou de cortes nos apoios á nossas organizações representativas.

A crise foi causada pelo irresponsável comodismo e inaceitável negligencia daqueles que tem a cargo instituições financeiras e órgãos reguladores do mundo. Agora, é necessário que as pessoas pobres, idosas e com deficiência e suas famílias não paguem pela crise. Nós já numa posição precária antes da crise, apelamos a uma abordagem de investimento em infra-estruturas acessíveis e benefícios fiscais para que estes grupos possam comprar bens e serviços para melhorar a sua situação económica.

O mundo, através da Convenção das Nações Unidas, para os direitos das Pessoas com Deficiência, acabou de reconhecer a necessidade urgente de alargar a moldura legal dos direitos humanos para as pessoas com deficiência. A sociedade não se pode dar ao luxo de quebrar o seu compromisso com os direitos humanos, incluindo o direito ao emprego e à vida familiar. Tradicionalmente, as pessoas com deficiência tem sido o «exercito de reserva de trabalho» e «os últimos a

serem contratados e os primeiros a serem despedidos» vistos como dispensáveis em tempos de crise. Os deficientes, as suas famílias, os desempregados e os pobres não podem ser o bode expiatório de uma crise que não é da sua responsabilidade. O agravamento da situação económica, já tem levado a tentativas de cortar benefícios em muitos países, como Irlanda, Itália, Hungria, Suécia, e Portugal (acrescentamos nós)

A lição desta crise - o valor do investimento nas pessoas - é mais importante do que o investimento especulativo, e beneficia toda a sociedade, reforçando a sua resistência ás mudanças impulsionadas pela crise. Se o fosso entre os desfavorecidos e os ricos cresce, a longo prazo isso custará mais à sociedade. O FED assegurará que a igualdade e os direitos das pessoas com deficiência cheguem ao topo da agenda política nas próximas eleições Europeias.

Cortes e desemprego em massa, serão terreno fértil para a violência, crimes de ódio, minando a solidariedade e produzindo muitas atitudes perigosas para a democracia. Apelamos a todos que tem responsabilidade das decisões políticas e económicas que façam tudo o que puderem para garantir que as pessoas com deficiência e os pobres, sejam tratadas com igualdade e que o bem-estar económico seja assegurado pelas medidas que tomam. Agora é a hora para agir fortemente, para que em 2010 – Ano Europeu Anti-Pobreza – as pessoas com deficiência e outros grupos desfavorecidos não voltem a estar no topo da agenda.

ENTREVISTA

SINISTRALIDADE: REDUÇÃO DEVE-SE À CRISE E FALÊNCIAS

– aumentam as doenças profissionais e depressivas!

LUIS MACHADO
Presidente da Direcção Nacional



D’Olho no Trabalho: Qual é o impacto que os acidentes de trabalho tem para a economia Portuguesa?

Luís Machado (Presidente da ANDST)

Os efeitos dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelas condições de trabalho, nos trabalhadores, nas suas famílias, nas empresas e na economia do país, não tem, nem nunca tiveram, por parte do poder, o merecido respeito e a necessária importância para se fazerem estudos técnicos e científicos que nos ajudassem a perceber, com rigor, os impactos sociais e económicos dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais na sociedade portuguesa. Noutros países europeus não é assim, talvez porque a responsabilidade pela reparação dos acidentes, seja da segurança social, os Governos e Universidades, tem tido a preocupação de realizar estudos, tendo por objectivo perceber e ajudar não só a reduzir o número de acidentes, mas também dar uma resposta social e económica às vítimas, especialmente aos que ficam com a sua capacidade de trabalho reduzida ou condicionada. Em Portugal, não havendo estatísticas credíveis das causas dos acidentes e das doenças, porque na verdade não há, não havendo estudos científicos dos efeitos dos acidentes, porque de facto não há, é muito difícil, quantificar e qualificar o impacto dos acidentes

traumatológicos e das doenças profissionais, na economia familiar e na economia do país.

Com a nova Tabela Nacional de Incapacidades, o valor das indemnizações e das pensões é mais baixo

D’Olho no Trabalho: Na tua opinião, Portugal tem apostado, seriamente, na prevenção da sinistralidade laboral e das doenças profissionais?

Luis Machado: Sendo verdade que, em termos absolutos, os acidentes de trabalho tem vindo a diminuir (as doenças tem aumentado) é também verdade que essa redução, não é fruto das políticas de prevenção, de preocupação pela saúde e segurança dos trabalhadores enquanto trabalham, mas sim, da crise na construção civil; do encerramento de muitas empresas transformadoras; do aumento do número de desempregados; da deslocalização de muitas empresas. É ainda verdade que, em termos percentuais, o número de acidentes no nosso país, continua a ser dos mais elevados da Europa. Se tivermos em conta, os acidentes que não são participados; os acidentes sofridos por trabalhadores clandestinos; os trabalhadores a recibo verde; os trabalhadores sem vinculo contractual; as pequenas e micro empresas que, por dificuldade económica deixam de pagar o seguro, e que

nestes casos, quando o acidente acontece, sendo remetidos para o sistema nacional de saúde e segurança social, não são contabilizados como acidentes laborais, e por isso não contam para as estatísticas. Por outro lado, em muitos casos (agora mais do que nunca) as seguradoras estão a declinar a responsabilidade pela reparação do acidente, alegando que as lesões do trabalhador já existiam antes do acidente, e por isso também não contam para as estatísticas. É por isto e por muitas outras razões, que não existem dados credíveis para se saber, com rigor, o número de acidentes; os dias de trabalho perdidos; os gastos clínicos imputados; as consequências traumáticas para o agregado familiar, muitas vezes levando a perturbações psicológicas causadoras de absentismo por razões depressivas ou de cuidados com o agregado familiar. A aposta do Governo na prevenção dos riscos no trabalho, tem sido muito tímida, o investimento nos técnicos e nas técnicas de prevenção é muito baixo, mais de 90% dos acidentes não são investigados pela Inspecção do Trabalho, o que muitas vezes leva à repetição dos acidentes. Por outro lado, temos conhecimento que, frequentemente, as Seguradoras, recorrendo a serviços privados, recolhem informações, (chegando mesmo a ir falar com os sinistrados ao hospital), sobre como ocorreu o acidente e, frequentemente

(Continua na página seguinte)



A consulta de Psicologia Clínica e Psicoterapia

“É de longe melhor ensinar um homem ou uma mulher a pescar do que lhe dar uma refeição gratuita. Uma refeição gratuita alimenta-o(a) por um dia – ensiná-lo(a) a pescar permite-lhe alimentar-se para a vida”.

A consulta de Psicologia actua no campo do bem estar psicológico, ou seja, tem como objectivo dar resposta a sintomas de depressão, ansiedade, quadros de stress, dificuldade de relacionamento, agressividade, problemas de aprendizagem, quadros de neurose, psicose e outras disfunções da personalidade.

Em muitos dos casos, o mal estar psicológico é acompanhado por queixas de índole física, que aparecem como expressão do sofrimento psíquico.

É fundamental traçar um plano de intervenção adequado que visa trabalhar os aspectos emocionais e relacionais, promovendo o bem-estar psíquico e a adaptabilidade emocional, através de um processo de Psicoterapia.

A qualidade da relação terapêutica que se estabelece entre o psicólogo e o associado, é um dos factores mais decisivos no sucesso de uma intervenção psicológica. Traduz-se numa relação de ajuda, compreensão e apoio na qual o psicólogo não realiza julgamentos, ou juízos de valor. Pelo contrário, leva a pessoa a uma abertura de seu campo de visão, para que possa perceber a sua vida sob novas perspectivas, analisar e entender melhor as suas características, potencialidades e limites, utilizando o conhecimento adquirido em benefício de seu crescimento pessoal.

Por vezes, deixamos passar um dia, depois outro e achamos que a sensação de mal-estar, o desânimo, os problemas acabam por passar com o tempo. Mas, efectivamente nem sempre é o que acontece.

É nesse instante que é necessário parar, olhar para dentro de si e reconhecer que pode necessitar de uma ajuda técnica e profissional para compreender, resolver e ultrapassar o que está a vivenciar, sentir e pensar.

O Gabinete de Apoio Psicológico que a ANDST tem em funcionamento foi criado a pensar em si!

Beneficie da Consulta de Psicologia Clínica que a ANDST lhe oferece!

Pode marcar a sua consulta presencialmente ou através dos seguintes contactos:

E-mail: noemiaferreira.andst@hotmail.com
Telefones: 226 176 796 / 916 985 026

ENTREVISTA

BAIXAM INDEMNIZAÇÕES E PENSÕES

(Continuação da página anterior)

te, concluem (porque lhes convém) que o acidente foi causado por violação das regras de segurança, não assumindo a seguradora a responsabilidade pela reparação do acidente, ficando o trabalhador, muitas vezes vários meses e até anos, totalmente desprotegido. Estamos perante o poder discricionário de um grupo económico muito poderoso e politicamente influente.

D’Olho no Trabalho: Qual a situação em que se encontram os deficientes sinistrados no trabalho? Existem apoios do Governo, ou projectos de integração no mercado de trabalho?

Vemos com muita apreensão a forma como está a ser encarada a justiça social em Portugal

Luís Machado: A situação económica, familiar, social e profissional das pessoas com deficiência adquirida em acidente de trabalho ou doença profissional, sendo manifesta e reconhecidamente precária, tem, ao longo dos anos, vindo a agravar-se, sofrendo mesmo alguns retrocessos nos seus minguados direitos, como é exemplo, a nova Tabela Nacional de Incapacidades de 2008 que, reduzindo os valores das incapacidades, reduz também o valor das indemnizações e das pensões a pagar aos sinistrados; a redução da actualização das pensões dos grandes incapacitados, que deixou de ser indexada ao Salário Mínimo, para ser aumentada em conformidade com as reformas da segurança social, muito inferiores ao salário mínimo; o roubo que foi a remição obrigatória das pensões que colocou em muito sério risco a subsistência de milhares de pessoas e famílias; a não regulamentação do artigo 40º da lei 100/97 (já passaram mais de 10 anos) que tem dificultado, e mesmo impedido a reabi-

litação, recuperação e reintegração dos deficientes; o não cumprimento, especialmente por parte do Estado, da lei que obriga ao emprego de 5% das pessoas com deficiência na função pública; a falta de Centro de formação profissional para pessoas com deficiência; a mentira que foi a afirmação do Sr. Ministro do Trabalho (em 2006) da criação de 800 empregos para sinistrados no trabalho, e a ausência de apoio psicoterapêutico aos grandes deficientes, são alguns exemplos das razões porque encaramos, com muita apreensão a grande preocupação, (agora mais justificada com a crise económica), a forma como está a ser encarada a justiça social, e mesmo o respeito pelos direitos humanos das pessoas com deficiência.

D’Olho no Trabalho: Na tua opinião, como está Portugal, em relação aos outros países Europeus, sobre a prevenção dos acidentes?

Luís Machado: pelo que nos é dado a saber, designadamente por informações da Organização Internacional do Trabalho, Portugal continua a ser dos países Europeus com a mais elevada taxa de acidentes e doenças do trabalho, significa isto que, à muitas décadas, não obstante a Constituição da República, garantir aos trabalhadores, a prestação do trabalho em segurança, os governos e as empresas, tem relevado, e postergado, as condições de saúde, higiene e segurança dos trabalhadores enquanto trabalham, e a ausência de campanhas de sensibilização para a prevenção dos acidentes (contrariamente ao que acontece com os acidentes de viação) designadamente na grande comunicação social, é também sinónimo da pouca importância e do pouco respeito pela saúde e integridade física dos trabalhadores, rumando o nosso país em sentido contrario da grande maioria dos países Europeus.



ESCARPIADAS E ALMOÇO/CONVÍVIO

Pelo exíguo espaço no nosso jornal, fica-nos um travo amargo de não podermos dar uma imagem mais real e detalhada dos nossos convívios a todos os nossos leitores, sobretudo o acolhimento amável e solidário dos autarcas que nos seus concelhos se desdobram em azáfamas para nos proporcionarem uma visita VIP. Foi o último concelho visitado, organizado pela delegação da Zona Centro da nossa Associação, o de Condeixa-a-Nova, por acaso o concelho de naturalidade deste vosso amigo “escrevedor” de ocasião. Para além da breve notícia saída no nosso jornal, cabe-me dizer algo mais sobre a nossa visita àquela vila, a começar pela minha insistência com a nossa interlocutora autarca telefonicamente (no caso a vice-presidente da autarquia) que nos surpreendesse com alguma originalidade que fosse tipicamente autóctone, e acabei por ser eu a dar-lhe a sugestão de nos presentear na sessão de boas

vindas com uma prova de “escarpiadas”, o doce regional típico do concelho. Sem uma certeza de que isso iria acontecer, foi com bastante agrado e com a “doce aprovação” de todos os convivas (sócios, familiares e dirigentes) que nos regalámos com o sabor das ditas.

Particularmente, ouvi da Dr^a Margarida Guedes (a senhora vice-presidente), que a minha sugestão iria ser aproveitada para as sessões de boas vindas a todas as personalidades ou grupos que os visitassem daí para a frente. E, como sou teimoso e gosto que os meus conterrâneos saibam receber os forasteiros, esta sugestão foi também lembrada ao restaurante onde muito bem almoçámos, (Restaurante Paris, em Campizes) e também segundo a proprietária, “Ti Lurdes”, iria ser prática a seguir para este tipo de refeições/convívio, começando no nosso, por oferecer a cada conviva uma caixinha

(Continua na página 8)

CONCELHO RICO EM TRADIÇÕES E GASTRONOMIA

O concelho de Condeixa-a-Nova tem naturalmente tradições gastronómicas, onde se incluem no seu receituário algumas confecções de destaque. O prato mais afamado, sendo um dos cartões de visita da vila, é sem dúvida, o cabrito assado em forno de lenha com guarnição de batatas assadas e grelos cozidos. Aproveite os festejos do Senhor dos Passos para esta prova. Nas freguesias mais rurais deste concelho este prato é frequentemente substituído pela Chanfana de cabra acompanhada com batata cozida e grelos, pois a população tradicionalmente mais humilde, vendia os cabritos para a vila e reservavam para si a carne de cabra mais difícil ao garfo, mas que a caçoila de barro cheia de vinho e outros condimentos sempre ajudavam a amaciar. Numa



região como esta onde se criam rebanhos de cabras e ovelhas são também muito apreciados os produtos que a partir do leite daqueles animais são comercializados sendo o de maior qualidade e de maior projecção a nível nacional, sem dúvida o “Queijo do Rabaçal”, que pode ser fresco, meio curado ou curado, este feito, exclusivamente com o leite da ovelha, e que

tem denominação de origem reconhecida. Já agora, e por fim de refeição nada melhor que falar um pouco do doce único da região do concelho, “A ESCARPIADA”, produto de características rurais produzido preponderantemente pelas padarias, que não havendo certezas da sua origem por inexistência de documentos escritos, pensa-se que a mesma começou já no tempo dos Romanos, e que chegou até nós por via e “tradição oral”. Massa de pão, açúcar amarelo, azeite ou mel, e canela, são os ingredientes que compõem este doce tão solicitado na região. Caro sócio e amigo quando passar em Condeixa-a-Nova, pare e prove uma destas iguarias típicas da vila pois não dará o tempo por mal empregue.

ANTÓNIO ROQUE

PREVENÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

Actualmente, ao pensarmos nos tipos de acidentes mais frequentes, lembramo-nos de imediato daqueles que ocorrem no trânsito, em casa ou no trabalho. Os acidentes não ocorrem por acaso; geralmente, são resultantes das condições ambientais, de vida e de trabalho das pessoas. Em função das distintas tarefas executadas, os acidentes de trabalho apresentam grande diversidade, atingindo alguns grupos específicos de pessoas e ocorrem mais em determinadas categorias profissionais do que em outras; a sua frequência e gravidade está intimamente ligada à falta de prevenção e cuidados adequados. Os acidentes não acontecem por acaso nem atingem indiscriminadamente as pessoas, podem ser causados por várias

situações e envolver diferentes agentes – máquinas, produtos químicos, movimentação ou trabalho em grandes alturas, actividades realizadas no fundo do mar, em indústrias ou mesmo nos escritórios.

O direito à segurança, higiene e saúde no desempenho da actividade profissional é um direito social dos trabalhadores, que impõe o respeito pelo direito à integridade física, à prevenção dos acidentes, das doenças profissionais, das doenças relacionadas com o trabalho e à promoção da saúde no local de trabalho.

No entanto, de ano para ano, constata-se que, na ânsia do lucro, não só as empresas investem muito pouco na prevenção dos acidentes de trabalho e no cumprimento das regras de higiene e segurança, mas também, a escassez de meios por parte da Inspeção Geral do Trabalho para proceder à necessária fiscalização.

A evolução do número de acidentes de trabalho em Portugal mostra que estamos perante um grave flagelo social que está longe de ter diminuído, que provoca a morte e conduz a incapacidade temporárias ou permanentes a milhares de trabalhadores portugueses. Por outro lado, a actual **Tabela de Incapacidades** para os sinistrados do trabalho acrescenta dificuldades ao infortúnio dos trabalhadores afectados, uma vez que tem promovido a degradação do valor das pensões, assim como, o facto das companhias de seguros terem imposto a remis-

são obrigatória aos sinistrados de trabalho.

Num quadro em que cresce a precariedade e desregulamentação das leis laborais aumentam também os riscos da sinistralidade laboral e das doenças profissionais. A precariedade reduz os mecanismos de protecção dos trabalhadores, não promove a formação para a higiene e segurança nos locais de trabalho, aligeira e dilui as responsabilidades do patronato face aos acidentes de trabalho. Por isso o combate à precariedade é também o combate à sinistralidade laboral e às doenças profissionais.

Assim exige-se a realização de políticas alternativas que combinem: a elaboração de estatísticas rigorosas nos domínios dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais; a planificação e desenvolvimento de uma adequada rede de serviços públicos e privados de segurança, higiene e saúde no trabalho; a concretização de um programa de emergência contra a sinistralidade laboral; a definição de um política coerente de reparação e reabilitação médica e profissional; a revisão da **Tabela Nacional de Incapacidades** por acidente ou doença profissional que seja expurgada de uma visão economicista ao serviço do lucro das seguradoras; a justa reparação aos acidentados de trabalho com a garantia de actualização e revalorização das pensões mais degradadas.

JORGE GOUVEIA

**Quer
usar da palavra?**

**Fazer algum
comentário?**

**Dar a conhecer
a sua situação?**

ESTE ESPAÇO É SEU,

envie a sua opinião, o seu
testemunho, ou a sua mensagem para:

A. N. D. S. T.



ANDST - BOLETIM

Rua Dr. Aires de Gouveia

Osório, 142

4100 – 024 PORTO ou por

e-mail: andst6@hotmail.com

ACTUALIZAÇÃO DAS PENSÕES

Com um incompreensível atraso de mais de 45 dias, e após vários protestos da ANDST, foi, finalmente, publicada a Portaria nº 166/2009 que actualiza as pensões dos sinistrados no trabalho, tendo o aumento sido fixado em 2,9% com início em 01 de Janeiro. As pensões continuam a sofrer sucessivas desvalorizações, muito por culpa da “superior ideia” do Governo em acabar com a referencia ao salário mínimo nacional, para passar a ter como indicação a pensão mínima das reformas da segurança social.

Se as pensões fossem, como durante muitos anos foram, indexadas ao salário mínimo nacional, hoje, o aumento seria de 5,6% mas, como se houve mais o interesse económico das seguradoras, e se houve menos os direitos dos sinistrados, foi-nos tirado 2,7% no aumento. temos que continuar a luta.

CAPTAÇÃO DE VOLUNTARIADO

Como seguramente é do seu conhecimento, a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, a que você se associou para procurar apoio numa determinada fase da sua vida, mantendo-se como associado, com sentido solidário para ajudar outros trabalhadores também eles vítimas de acidente de trabalho ou doença profissional e que nos procuram solicitando apoio é, não só uma Instituição de prestação de serviços de aconselhamento; apoio jurídico; social e psicológico, mas também uma organização que tem procurado fazer chegar ao poder político, designadamente Assembleia da República, Ministérios da área da reabilitação e organizações sociais, estudos e propostas tendo como objectivo a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, especialmente os que, não podendo trabalhar, vivem em situação económica social e familiar muito frágil.

A luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, o estudo de estratégias que tornem possível a concretização de políticas económicas e sociais mais justas, será sempre menos difícil



com uma sociedade civil organizada e solidária.

A nossa Associação, como em todo o movimento associativo, é dirigida por sócios que, de forma solidária e voluntária, reservando um pouco do seu tempo disponível, se dedicam a servir e ajudar os outros, contribuindo assim para a construção de um país mais justo, mais fraterno e mais solidário.

A nossa Associação continua em crescimento, com milhares de

associados, o que significa um trabalho mais exigente, com desafios cada vez mais aliciantes.

Somos uma equipa de muitas pessoas, mas, para responder aos desafios de todos os dias, é necessário mais homens e mulheres para a tarefa solidária, é por isso que nos dirigimos a si, para que nos diga da sua disponibilidade para, num futuro próximo, fazer parte desta equipa, integrando um grupo de trabalho na nossa Associação.

Se quer aceitar o desafio de uma experiência aliciante no movimento associativo, dedicar parte do seu tempo, (1 ou 2 horas por semana), a ajudar de maneira altruísta os mais necessitados da sua comunidade, se quer despertar motivações e inquietudes sobre a problemática do nosso colectivo, contacte-nos:

**Por carta; por telefone:
226176796; 916985027,
e-mail andst6@hotmail.com;
pessoalmente, na sede
do Porto,
ou nas Delegações de Lisboa
ou Coimbra.**

ENVIE-NOS ESTE DESTACÁVEL

CONTEM COMIGO,

ESTOU DISPONÍVEL PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA NOSSA ASSOCIAÇÃO

NOME: _____ Nº DE SÓCIO _____

MORADA: _____

CONTACTO: _____ TEL. _____



VIAGEM AO CONCELHO DE CONDEIXA-A-NOVA

(Continuação da página 4)

com duas escarpadas acabadas de fazer na fornada da manhã.

Entretanto e ainda da parte da manhã visitámos a sempre bonita e interessante Vila Romana de Conímbriga, o seu Museu Monográfico e ainda demos uma escapadela para ver na aldeia de Alcabideque alguns vestígios romanos e as nascentes de água que abasteciam aquela vila através de grandes canais aéreos feitos em pedra que funcionavam por gravidade.

Depois do almoço já citado regressámos aos paços do concelho onde no seu pátio assistimos a uma ses-

são de música e canções populares do vasto repertório regional e nacional, numa actuação maravilhosa do Grupo de Cantares da Ega, um dos muitos grupos do género do concelho. A seguir foi o regresso a casa esperando que este ano com tão mau início quer económico quer social, nos multipliquemos em esforços para que estes eventos não parem a bem do associativismo que tanto prezamos.

Veja, já agora em "Caixa" a história da escarpada, e não só...

ANTÓNIO ROQUE

Explicação de um operário português à Companhia de Seguros, a qual estranhou a forma como o mesmo justificou o acidente que sofreu.

"À Cia. Real Seguros.

Exmos. Srs.

Em resposta ao pedido de informações adicionais, tenho a explicar o que se segue:

No quesito 3 da minha participação a V. Exas. do acidente que sofri, mencionei "tentando fazer o trabalho sozinho" como a causa do acidente. Disseram na vossa carta que deveria dar uma explicação mais pormenorizada, pelo que espero que os detalhes abaixo sejam suficientes.

Sou assentador de tijolos. No dia do acidente, eu estava a trabalhar sozinho no telhado de um edifício novo, de 6 (seis) andares. Quando acabei o trabalho, verifiquei que tinham sobrado 350 quilos de tijolos. Em vez de os levar à mão para baixo, decidi coloca-los dentro de um barril, com a ajuda de uma roldana, a qual felizmente estava fixada num dos lados do edifício, no sexto andar. Desci e atei o barril com uma corda, fui para o telhado, puxei o barril para cima e coloquei os tijolos dentro. Voltei para baixo, desatei a corda e segurei-a com força, de modo que os 350 quilos descessem devagar. De notar que no quesito 11 indiquei que pesava 80 quilos.

Devida à minha surpresa por ter saltado repentinamente do chão, perdi a minha presença de espírito e esqueci-me de largar a corda. É desnecessário dizer que fui içado do chão a grande velocidade. Nas proximidades do 3º andar eu bati com o barril que vinha a descer. Isto explica a fractura no crânio e da clavícula partida. Continuei a subir a uma velocidade ligeiramente menor, não tendo parado até o nó dos dedos das mãos estarem entalados na roldana.

Felizmente que já tinha recuperado a presença de espírito e consegui, apesar das dores, agarrar-me novamente à corda. Mais ou menos ao mesmo tempo, o barril com os tijolos caiu ao chão e o fundo partiu-se. Sem os tijolos, o barril pesava 25 quilos (refiro-me novamente ao meu peso indicado no quesito 11). Como podem imaginar, comecei a descer rapidamente. Próximo do 3º andar, encontro o barril que vinha a subir. Isto justifica a natureza dos tornozelos partidos, das lacerações nas pernas, bem como na parte inferior do corpo. O encontro com o barril diminuiu a minha descida o suficiente que minimizou os meus sofrimentos quando caí em cima dos tijolos e felizmente só fracturei 3 vértebras. Lamento no entanto informar que, enquanto me encontrava caído em cima dos tijolos, com dores, incapacitado de me levantar e vendo o barril em cima de mim, perdi novamente a presença de espírito e larguei a corda. O barril pesava mais do que a corda e então desceu em cima de mim, partindo-me as duas pernas.

Espero ter dado a informação solicitada do modo como ocorreu o acidente e ainda explicando que não posso assinar esta, pois ainda me encontro com os dedos engessados.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS DEFICIENTES SINISTRADOS
NO TRABALHO

Redacção/Administração:
Rua Dr. Aires Gouveia Osório, 142
4100-024 Porto
Tel.: 226 176 796
Fax: 226 178 608
Tlm: 916 985 027
[e-mail andst6@hotmail.com](mailto:email-andst6@hotmail.com)

Director: Luís Machado
Colaboradores: Jorge Gouveia,
Santos Amadeu
Registo N.º 125511

Impressão: Alavanca - Coop. Artes
Gráficas

Depósito Legal:

Tiragem: 5.000 exemplares